

Cidade Ecologicamente Correta

No Brasil, um exemplo de cidade ecologicamente correta é Curitiba, capital do Paraná.

O planejamento urbano concebido pelo arquiteto Jorge Wilhelm e implementado pela administração do também arquiteto Jaime Lerner, nos anos 1970, dotou a cidade de grandes parques, um original e eficaz sistema de transporte de massa, centros de arte e recreação e um eficiente sistema de disposição do lixo.

A geógrafa Rosa Moura em "Os riscos da cidade-modelo", lembra que o brilho de elogios e premiações internacionais levou o projeto Curitiba a ser "copiado" em muitas outras cidades.

Mas ocorre que “a leitura oficial de Curitiba, pautada em indicadores selecionados, sempre ignora seu entorno, abstraindo problemas estruturais da população de baixa renda, similares aos de tantas outras cidades”.

Essa realidade leva a geógrafa a concluir que o modelo de planejamento e gestão urbana da capital do Paraná **é inacabado**, tendo sido consolidado com base nas desigualdades socioespaciais internas e de sua área metropolitana.

Em consequência, Rosa Moura alerta: Essa situação tende a agravar-se. Em 1999, o Consórcio Parceria 21, conduzido pelo Instituto Brasileiro de Administração Municipal (Ibam), elaborou o documento "Cidades sustentáveis", incorporando, propostas de participação de representantes do governo e da sociedade.

O documento tem por objetivo subsidiar a formulação da Agenda 21 brasileira com propostas que introduzam a dimensão ambiental nas políticas urbanas vigentes ou que venham a ser adotadas, respeitando-se as competências constitucionais, em todas as esferas de governo.

Incorpora também os principais objetivos da Agenda 21 e da Agenda Habitat pertinentes ao tema tratado, particularmente os que se referem à promoção do desenvolvimento sustentável dos assentamentos humanos, assim como os cenários de desenvolvimento enunciados no documento "Brasil 2020", da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República.

A apresentação do documento diz: A partir do exame do conceito, ainda em construção, de desenvolvimento sustentável firmado na Agenda 21 e incorporado em outras agendas mundiais de desenvolvimento e de direitos humanos, o marco teórico utilizado considera duas noções-chave para o tema cidades sustentáveis:

1. A de sustentabilidade ampliada, que trabalha a sinergia entre as dimensões ambiental, social e econômica do desenvolvimento.
2. A noção da sustentabilidade progressiva, que trabalha a sustentabilidade como um processo pragmático de desenvolvimento sustentável.

Distingue, além disso, ao menos quatro dimensões básicas:

ética,

temporal,

social e

prática; e

indica critérios e vetores de sustentabilidade, paradigma e produto do desenvolvimento sustentável, a serem incorporados pela esfera pública, estatal e privada.

Luiz Antonio Batista da Rocha –Eng. Civil – Consultor em Recursos Hídricos – Auditor Ambiental
rocha@mdbrasil.com.br – www.outorga.com.br – www.rochaoutorga.hpg.com.br